

# Superior Tribunal de Justiça

## RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 115.563 - PA (2019/0209405-6)

**RELATOR** : MINISTRO NEFI CORDEIRO  
**RECORRENTE** : J P (PRESO)  
**ADVOGADO** : ODILON VIEIRA NETO - PA013878  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

### DECISÃO

Trata-se de recuso ordinário em *habeas corpus* interposto por J. P., apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Pará que denegou o *writ* de origem, por acórdão assim ementado (fl. 108):

CRIMINAL - HABEAS CORPUS - ESTUPRO DE VULNERÁVEL - CRIME PRATICADO CONTRA A PRÓPRIA FILHA MENOR DE 7 (SETE) ANOS DE IDADE - PRESENTES OS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA SEGREGAÇÃO - CONVERSÃO DO FLAGRANTE EM PRISÃO PREVENTIVA - FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME.

Consta dos autos que o recorrente foi denunciado pela prática do crime tipificado no art. 217-A c/c art. 226, II todos do Código Penal.

Alega o recorrente que não estão presentes os pressupostos autorizadores da segregação cautelar.

A liminar foi indeferida (fls. 98/99).

As informações foram prestadas (fls. 101/107, 131/134 e 135/137).

O parecer do Ministério Público Federal foi pelo desprovimento do recurso (fls. 123/126).

Na origem, o Processo n. 00013884220198140054 encontra-se na fase de instrução, aguardando a realização da audiência de instrução e julgamento, designada para a data de 10/12/2019, conforme informação prestada à fl. 133.

É o relatório.

DECIDO.

Não obstante a excepcionalidade que é a privação cautelar da liberdade antes do trânsito em julgado da sentença condenatória, reveste-se de legalidade a medida extrema quando baseada em elementos concretos, nos termos do art. 312 do CPP.

O decreto prisional está assim fundamentado (fls. 17/18):

[...].No caso dos autos, há termo de **declarações da vítima em que ela relata a prática de abusos de ordem sexual por parte do ora representado, admitindo ter mantido atividades com finalidades sexuais com o mesmo por pelo menos duas vezes** (fls. 19).

Logo, há indícios da prática de um ilícito criminal de alta gravidade.

II.a.l. DOS INDÍCIOS DE AUTORIA

# Superior Tribunal de Justiça

**No caso dos autos, há termo de declarações da vítima em que ela relata a prática de abusos sexuais por parte do ora representado por pelo menos sete vezes.**

[...]

Quanto aos pressupostos da prisão preventiva, considero presente o pressuposto da necessidade de garantir a ordem pública, posto que há notícias de que **o ora representado deseja manter o ânimo sexual em relação a vítima, sendo que esta teme por retomar ao convívio do abusador.**

[...]

Com efeito, a prisão preventiva é necessária para interromper as ameaças da prática de novos crimes contra a infante.

Sendo assim, presentes o *fumus commissi delicti* e o *periculum libertatis*, opino por decretar a prisão preventiva.

### III - DISPOSITIVO

Ante ao exposto, com fulcro nos arts. 217-A do Código Penal e art. 312 do Código de Processo Penal, DECRETO a prisão preventiva de JOSIMAR PEREIRA, nascido aos 08 de dezembro de 1972, filho de Maria de Lourdes Pereira, portador do RG 3548735-6, residente na ilha do soldado Jairo, ao lado da terra do Valdir, Zona Rural de São João do Araguaia/PA, pela suposta **prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal contra a vítima JOSILEIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, sua filha de 07 anos de idade.**[...].

Como se observa consta no decreto prisional fundamentação concreta, qual seja, a reiteração delitiva do réu, pois houve *declarações da vítima em que ela relata a prática de abusos de ordem sexual por parte do ora representado, admitindo ter mantido atividades com finalidades sexuais com o mesmo por pelo menos duas vezes*, e o abuso de confiança na relação de parentesco pois o réu está sendo acusado pela *prática do crime previsto no art. 217-A do Código Penal contra a vítima JOSILEIA DA CONCEIÇÃO PEREIRA, sua filha de 07 anos de idade*.

Esta Corte tem compreendido que a periculosidade do acusado, evidenciada na reiteração delitiva, constitui motivação idônea para o decreto da custódia cautelar, como garantia da ordem pública. Nesse sentido: HC n. 286854/RS – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Felix Fischer – DJe. 1º-10-2014; RHC n. 48002/MG – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura – DJe 4/8/2014; RHC n. 44677/MG – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Laurita Vaz – DJe 24/6/2014.]

Com efeito, a jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que justifica a prisão preventiva a verificação de circunstâncias reveladoras de uma gravidade acentuada do delito, evidenciada na periculosidade do agente que, abusando da confiança adquirida junto à família, pratica atos

# *Superior Tribunal de Justiça*

libidinosos com a sua filha menor de idade. Nesse sentido: RHC n. 49789/PR – 5ª T. – unânime – Rel. Min. Moura Ribeiro – DJe 26/8/2014; HC n. 258943/MT – 6ª T. – unânime – Rel. Min. Rogério Schietti Cruz – DJe 27/5/2014.

Ante o exposto, nego provimento ao recurso *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 30 de setembro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

